



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROPOSTA DE LEI N.º 43/VIII

**AUTORIZA O GOVERNO A ALTERAR A ESTRUTURA
ORGÂNICA E AS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE
ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, REVOGANDO O
DECRETO-LEI N.º 440/86, DE 31 DE DEZEMBRO,
ESPECIALMENTE PARA LEGISLAR EM MATÉRIA DE
EXPULSÃO, EXTRADIÇÃO E DIREITO DE ASILO DE
CIDADÃOS ESTRANGEIROS NO TERRITÓRIO NACIONAL.**

Exposição de motivos

O presente projecto de diploma legal visa alterar a lei orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O projecto de decreto-lei é precedido e fundamenta-se numa lei de autorização legislativa da Assembleia da República, considerando a natureza da matéria objecto de regulamentação, a qual, nos termos do disposto na alínea d) do artigo 161.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição, constitui reserva relativa do Parlamento, uma vez que a expulsão e direito de asilo de cidadãos estrangeiros fazem parte do domínio dos direitos liberdades e garantias, conforme se dispõe nos artigos 27.º e 33.º da Constituição da República Portuguesa.

Neste sentido, a alteração da estrutura orgânica e das atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteira visa o alargamento das competências daquele serviço, adaptado-as, assim, às obrigações decorrentes dos acordos de que a República Portuguesa é signatária, designadamente no que respeita ao reforço do controlo da circulação ilegal de pessoas, à adaptação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

da estrutura orgânica ao crescimento do fenómeno migratório e, ainda, às normas decorrentes do Acordo de Schengen e respectiva Convenção de Aplicação - Convenção de Dublin, acordos de cooperação policial, criação de postos mistos de fronteiras, acordos de readmissão, tipificação do crime de auxílio à imigração ilegal e de outros conexos, com atribuição da respectiva competência investigatória.

Assim, nos termos das alínea d) do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República, a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º

Objecto

É concedida ao Governo autorização para alterar o quadro das atribuições e competências do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, revogando o Decreto-Lei n.º 440/86, de 31 de Dezembro, especialmente para legislar em matéria de expulsão e direito de asilo de cidadãos estrangeiros no território nacional.

Artigo 2.º

Sentido e extensão

A presente lei de autorização legislativa tem como sentido e extensão autorizar o Governo a:

1 — Atribuir ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a qualidade de órgão de polícia criminal, dependente do MAI, com a respectiva autonomia administrativa;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2 — Atribuir aos funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a qualidade de autoridade de polícia criminal.

3 — Estabelecer um regime de impugnação dos actos de expulsão e recusa de entrada em território nacional.

4 — Adequar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras às novas realidades existentes no território nacional e na União Europeia, através da definição das suas atribuições e competência, nomeadamente:

a) Controlar e fiscalizar a circulação de pessoas nos postos de fronteira, impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não satisfaçam os requisitos exigíveis;

b) Controlar e fiscalizar a permanência e actividade de estrangeiros em território nacional;

c) Conceder em território nacional vistos, prorrogações de permanência, autorizações de residência, bem como emitir documentos de viagem;

d) Proceder ao estabelecimento ou confirmação da identificação dos estrangeiros ou apátridas através de todos os meios de identificação civil e criminal;

e) Reconhecer o direito ao reagrupamento familiar;

f) Emitir pareceres relativamente a pedidos de vistos consulares;

g) Investigar criminalmente os crimes de auxílio à imigração ilegal e de outros com estes conexos;

h) Colaborar com as entidades às quais compete a fiscalização do cumprimento da lei reguladora do trabalho de estrangeiros;

i) Assegurar a realização de controlos móveis ao longo das fronteiras internas;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

j) Garantir o funcionamento dos postos mistos de fronteira, com o objectivo de lutar contra a criminalidade transfronteiriça, a imigração ilegal e aprofundar a cooperação policial com os serviços congéneres dos outros Estados membros da União Europeia;

k) Accionar os acordos de readmissão existentes com Espanha, França, Bulgária e Polónia para permitir o afastamento de pessoas em situação ilegal em território nacional, assegurando a execução dos mesmos;

l) Realizar operações conjuntas com os serviços congéneres de Espanha, destinadas ao combate dos fluxos de imigração ilegal nos dois sentidos da fronteira luso-espanhola;

m) Instaurar, decidir e executar a expulsão de cidadãos estrangeiros em situação ilegal em Portugal, bem como executar as decisões judiciais de expulsão;

n) Escoltar os cidadãos estrangeiros sujeitos a medidas de afastamento de Portugal;

o) Decidir sobre a aceitação da análise dos pedidos de asilo, instrução e parecer, bem como determinar qual o Estado responsável pela análise dos pedidos e transferência dos candidatos a asilo entre os diversos Estados membros da União Europeia;

p) Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de concessão de nacionalidade por naturalização;

q) Analisar e emitir parecer sobre os pedidos de concessão de estatutos de igualdade e sobre o reconhecimento das associações internacionais;

r) Garantir a ligação da parte nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS) ao Sistema Central de Informação Schengen (CSIS-Estrasburgo);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

s) Assegurar a gestão e a comunicação de dados relativos à parte nacional do Sistema de Informação Schengen e de outros sistemas de informação, no âmbito do controlo da circulação de pessoas comuns aos Estados membros da União Europeia e Estados contraentes de Schengen;

t) Coordenação da cooperação entre forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matéria de circulação de pessoas e de controlo de estrangeiros;

u) Cooperar com as representações diplomáticas e consulares de Estados estrangeiros devidamente acreditadas no país, no repatriamento dos seus nacionais;

v) Assegurar as relações de cooperação com todos os órgãos e serviços do Estado, nomeadamente com os demais serviços e forças de segurança;

w) Colaborar com os serviços similares estrangeiros, podendo estabelecer formas concretas de cooperação;

x) Assegurar a gestão e a comunicação de dados relativos à base de dados de emissão dos passaportes(BADEP);

y) Possibilitar utilização de armas de fogo, por parte das autoridades de polícia criminal e agentes da autoridade, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro, bem como em instrução e locais próprios.

Artigo 3.º

Duração

A autorização legislativa conferida pela presente lei tem a duração de 120 dias, desde a dada sua entrada em vigor.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em 7 de Julho de 2000. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres* — O Ministro da Presidência, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho* — O Ministro da Administração Interna, *Fernando Manuel dos Santos Gomes* — O Ministro da Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos da Costa* — O Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alberto de Sousa Martins*.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**PROPOSTA DE LEI N.º 43/VIII
(AUTORIZA O GOVERNO A ALTERAR A ESTRUTURA
ORGÂNICA E AS ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO DE
ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, REVOGANDO O DECRETO-
LEI N.º 440/86, DE 31 DE DEZEMBRO, ESPECIALMENTE PARA
LEGISLAR EM MATÉRIA DE EXPULSÃO, EXTRADIÇÃO E
DIREITO DE ASILO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS NO
TERRITÓRIO NACIONAL)**

Parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna solicitou a esta Comissão emissão de parecer sobre o projecto de Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no cumprimento do artigo 22.º, n.º 2, da Lei n.º 67/98.

I

O projecto de diploma em análise inclui vários artigos que, de uma forma ou de outra, se correlacionam com matéria de protecção de dados pessoais. É o caso dos artigos 2.º, 6.º, 25.º, 27, 29.º e 37.º.

Sem prejuízo do rigor que sempre se pretende, optou-se por limitar o presente parecer à indicação das normas incluídas nestes artigos que, em nosso entender, contrariam os princípios de protecção de dados pessoais tal como são apresentados na Lei n.º 67/98.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

II

Assim, analisado o projecto de diploma e, em particular, os artigos realçados, verificou-se que o disposto num deles não respeita pressupostos inerentes a um tratamento informático referido no projecto de Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O artigo 6.º, no seu n.º 2, ao prever que as autoridades de polícia criminal referidas no n.º 1 do artigo 3.º terão acesso directo à informação de identificação civil e criminal constante nos ficheiros informáticos de identificação civil e criminal do Ministério da Justiça, bem como à informação de interesse criminal contida nos ficheiros de outros organismos, em condições a regulamentar por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna e da Justiça, não tem em consideração o previamente estipulado relativamente ao «acesso directo à informação de identificação civil».

Com efeito, a Lei n.º 33/99, de 18 de Maio, que regula a identificação civil e a emissão do bilhete de identidade de cidadão nacional inclui, no Capítulo III (Protecção de dados pessoais), uma secção sobre a regulamentação da comunicação, consulta e acesso aos dados (Secção II) que aparenta ter sido ignorada no presente projecto de diploma.

Aí, na referida Lei n.º 33/99, no artigo 25.º - dedicado à denominada «consulta em linha» -, é referido, no ponto 1:

A consulta através de linha de transmissão de dados pode ser autorizada, garantindo o respeito pelas normas de segurança da informação e a disponibilidade técnica, às entidades referidas no artigo anterior, mediante protocolo celebrado com a Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, precedido de parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assumindo que a realidade abordada em ambos os artigos é a mesma, isto é, que a «consulta em linha» regulamentada pela Lei n.º 33/99 corresponde ao «acesso directo» referido no projecto de diploma em análise (Trata-se de uma simplificação porque, como é óbvio, nem todas as denominadas «consultas em linha» correspondem a «acessos directos», nem o «acesso directo» tem que ser concretizado através de uma «consulta em linha»), então, torna-se necessário que este respeite as condições atrás expostas relativas à consulta.

Ainda no mesmo artigo está previsto o acesso directo «à informação de interesse criminal contida nos ficheiros de outros organismos». Como tais organismos não são nomeados, é de todo impossível à CNPD verificar se os referidos acessos respeitam as normas legais de protecção de dados.

Sugere-se que os «outros organismos» sejam identificados no diploma ou, não sendo possível, que se defina a necessidade de, sempre que se pretender um novo acesso directo à informação criminal contida em ficheiros de outras entidades, tal seja garantido através do estabelecimento de um protocolo com a entidade em causa. Esse protocolo será sujeito a parecer prévio desta Comissão.

Todos os restantes artigos que implicam com matéria de protecção de dados pessoais foram analisados, não tendo sido detectadas quaisquer outras disposições que colidam com o enquadramento legal existente.

III

Em conclusão:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A redacção do artigo 6.º deverá ser alterada, tomando por base o estipulado no artigo 25.º da Lei n.º 33/99 e na própria Lei n.º 67/98, assegurando que o acesso directo à informação de identificação civil e criminal se concretize mediante protocolo a celebrar com a entidade em causa, após parecer da CNPD.

Os restantes artigos respeitam os princípios legais de protecção de dados pessoais.

Lisboa, 25 de Julho de 2000. — O Relator, *Luís José Durão Barroso* — O Presidente da Comissão, *João Alfredo Massano Labescat da Silva*. Os vogais, *Catarina Teresa Rola Sarmiento e Castro* — *Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga* — *Amadeu Francisco Ribeiro Guerra* — *Mário Manuel Vargês Gomes*.

Nota. — O parecer foi aprovado.